

9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Audiência Pública - Atendendo ao Requerimento 103/2009-CAS e 5/2010-CAS

Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Roberto Cavalcante

Data: 30.03.2010

Assunto: Perícias médicas no âmbito do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e as chamadas altas programadas

Introdução

O Senador Paulo Paim iniciou a Audiência Pública apresentando os participantes da Mesa: Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social de Aposentados e Pensionistas da Nova Central, representante do Presidente José Calixto; o ex-deputado Chico Vigilante, Secretário de Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV); José Augusto da Silva Filho, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Roosevelt Dagoberto Silva, Diretor de Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), representante do Presidente da CONTRATUH, Moacir Roberto Teschi; João Torquato dos Santos, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, representante da Presidente da CUT/DF Rejane Pitanga.

Segundo informou o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, os objetivos da Audiência Pública são: debater o projeto de sua autoria no qual se prevê que o cidadão, com mais de sessenta anos, aposentado por invalidez, não necessite mais fazer perícias médicas, para continuar com sua aposentadoria, uma vez que já foi afastado do mercado de trabalho e já teve o benefício garantido.

O outro objetivo da Audiência Pública, segundo informou o Senador Paulo Paim, é debater o adicional de alto risco. Para o Senador, quem trabalha em áreas de alto risco, com insalubridade, periculosidade ou atividade penosa, tem direito assegurado à aposentadoria especial. Citou, como exemplo, os serviços de vigilância e os de motorista nos quais são patentes o risco e a periculosidade.

E o terceiro ponto a ser discutido na Audiência é a necessidade de legislar sobre a aposentadoria especial, que deve ser concedida a todos aqueles que trabalham em condições insalubres, perigosas ou penosas.

Palestrantes:

José Augusto da Silva Filho – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores

O senhor José Augusto da Silva Filho começou sua exposição falando sobre a segurança do trabalho e a tendência que há de não se estabelecer o nexó entre doença e trabalho. Citou, como exemplo, algumas doenças que efetivamente são decorrentes do trabalho como as lesões por esforço repetitivo e as contaminações por benzeno, amianto, mercúrio e chumbo. Considerou que há injustiça no fato de não se considerarem essas enfermidades como doenças do trabalho e, conseqüentemente, no fato de os trabalhadores não poderem gozar de benefícios previdenciários em decorrência disso.

Mencionou também o descaso dos peritos do INSS com os trabalhadores das chamadas altas programadas. Para o palestrante, o Senado deveria estabelecer outros critérios para as altas programadas e fazer uma revisão da legislação sobre esse tema.

Segundo informou, procurando diminuir o déficit do INSS, foram adotados procedimentos internos, entre eles a alta programada ou data de cessação de benefício, reguladas por ato administrativo. Para o palestrante, os procedimentos criados não diminuíram os desajustes entre receitas e despesas, porque eles têm outras origens e não se levou em conta as necessidades dos beneficiários. Citou três pontos sobre esses desajustes da Previdência Social para reflexão e debate:

a) as fraudes, que, em sua avaliação, não têm merecido a devida atenção, apuração e punição exemplar por parte do Governo, que deveria exigir a reposição do caixa surrupiado;

b) a subnotificação acidentária, que leva o INSS a conceder o benefício, o auxílio-doença, sem fonte de custeio, e a aumentar as despesas, exigindo a implementação imediata do nexa epidemiológico, para a concessão do benefício auxílio-doença, sem a emissão da CAT, que é a Comunicação de Acidente de Trabalho, em vez do auxílio-doença comum;

c) o fato de o governo, em vez de combater as fraudes, aumentando a necessária fiscalização e a punição exemplar aos descumpridores da lei, buscar, na verdade, medidas paliativas de aumento da receita e de diminuição dos custos.

Para o senhor José Augusto, a manutenção da política interna de concessão de alta programada, além de ilegal, por violação da Lei 8.213/91, afronta, ainda, as garantias constitucionais de prevalência à vida e à saúde, de incolumidade física e mental de todos e, em especial, da classe dos trabalhadores. As altas programadas, para ele, são prematuras e precipitadas e põem em primeiro plano a questão financeira, e não a social.

Falou também o palestrante sobre o período de afastamento dos trabalhadores por doença ou acidente de trabalho. Segundo informou, após o período delimitado pelo INSS, os trabalhadores são obrigados a voltar a trabalhar mesmo estando incapacitados, e o que vem ocorrendo muito, de acordo com ele, é a suspensão de pagamento dos benefícios pelo INSS sem que o beneficiário esteja apto a voltar ao trabalho, ficando, nesse caso, sem cobertura da Previdência e também da empresa.

Mencionou também o fato de as empresas não estarem preparadas para receber os trabalhadores que sofreram limitação em sua capacidade laborativa. Segundo informou, não há qualquer ação para readaptar o funcionário no ambiente de trabalho, principalmente no caso de deficiência física ocasionada por acidente de trabalho.

Ressaltou que o objetivo da sua exposição é sensibilizar os homens públicos, a Câmara, o Senado e o Executivo para a promoção de mudanças na área previdenciária. Fez também um alerta no sentido de que as mudanças na Previdência pública só servem para desmoralizá-la, o que, acentuou, é muito perigoso.

O palestrante disse também que a dificuldade para a aprovação de três projetos da autoria do Senador Paulo Paim na Câmara dos Deputados, que são: os projetos relativos ao fim do fator previdenciário, ao reajuste dos aposentados e ao Projeto de Lei 4.434, se deve ao poder das multinacionais ligadas à Previdência privada, que têm um bom *lobby* atuando.

Defendeu o sistema público de Previdência e ressaltou que os trabalhadores precisam estar atentos a todas as formas de ataques aos seus direitos e organizar a resistência à política de desmonte da Previdência Social. Para o palestrante, faz-se necessário corrigir as imperfeições relativas às altas programadas, às aposentadorias, às doenças ocupacionais e aos acidentes de trabalho.

Chico Vigilante, Secretário de Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV)

O senhor Chico Vigilante, por sua vez, deu início a sua participação defendendo melhorias no sistema Previdência pública, de maneira que possa atender a um número maior de trabalhadores.

Lembrou que houve um tempo em que, nas Delegacias Regionais do Trabalho, hoje Superintendências do Trabalho, havia o serviço dos médicos e engenheiros do trabalho que iam aos locais onde eram prestados os serviços, verificavam se o local era insalubre, expediam os laudos e determinavam que aqueles trabalhadores recebessem o adicional de insalubridade. Afirmou que é necessário garantir a volta dos departamentos de perícia, para que essa atividade seja pública e os trabalhadores tenham mais facilidade de acesso a ela.

Mencionou o fato de várias categorias de trabalhadores terem de contratar peritos do trabalho privados para verificar as condições de trabalho da empresa para, então, entrar com ações na Justiça e, assim, se habilitar ao recebimento do adicional de insalubridade.

Chamou a atenção também para o fato de que é preciso se garantir ao trabalhador que ganha ação na Justiça contra o empregador o direito de não ser demitido e de não ser perseguido.

Também mencionou o fato de várias categorias terem perdido o direito à aposentadoria especial. Segundo informou, os vigilantes, que tinham direito à aposentadoria especial, agora têm que esperar todos os recursos administrativos no INSS para só depois ajuizarem ações na Justiça, que vem concedendo aos trabalhadores o direito que lhes está sendo negado pelo INSS. Para ele, seria, portanto, muito mais inteligente a Previdência aceitar os pedidos, aposentar esses trabalhadores e poupar o dinheiro das ações judiciais.

Outro ponto importante mencionado pelo sindicalista é o fato de que, aos 50 anos, um trabalhador rodoviário, vigilante ou metalúrgico não consegue mais emprego se for demitido e, à medida que impedem sua aposentadoria e não lhe dão o direito de trabalhar, fica praticamente sem qualquer assistência, porque por pelo menos 10 anos este trabalhador ficará numa espécie de limbo, esperando pela aposentadoria por tempo de contribuição. Também ressaltou o fato de a aposentadoria ser uma base para se ter o mínimo necessário para sobreviver, uma vez que, nesse período, em torno de 60, 65 anos, consomem-se mais remédios e se faz necessária uma boa alimentação. Ressaltou que a manutenção da aposentadoria especial para determinadas categorias é fundamental para se reparar as injustiças cometidas.

Mencionou também a questão dos prestadores de serviço, que, para o palestrante, é uma maneira que as empresas encontraram de se livrar dos encargos sociais, „mas que se configura como uma forma aviltante de se contratar o trabalhador, porque desorganiza completamente o sistema produtivo, devendo, portanto, essa forma de contratação ser combatida.

Para concluir, abordou a questão da aposentadoria especial dos vigilantes e da luta que se tem travado, com o apoio do Senador Paulo Paim, para a aprovação do projeto de lei que concede adicional de 30% aos vigilantes em razão do risco de morte a que estão constantemente submetidos. Fez também um apelo aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para que analisem imediatamente o projeto de lei que trata do adicional para os vigilantes e o coloquem em votação. Para o palestrante, é inconcebível

que uma categoria que corre risco efetivo de morte não tenha em seus salários esse adicional. Ao final, pediu que os senadores fizessem uma reflexão sobre a importância dessa atividade para o País e que o Senado encaminhasse o projeto à sanção presidencial.

Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)

O senhor Warley Martins Gonçalves iniciou sua apresentação agradecendo o convite para participar da Audiência e disse também que queria fazer uma denúncia contra o Presidente da Câmara dos Deputados, que não incluiu os projetos de interesse dos aposentados e pensionistas em pauta para votação. Reclamou também do tratamento que a categoria vem recebendo na Câmara dos Deputados.

Afirmou que se faz necessário discutir a questão da Previdência Social, que, segundo o palestrante, é um assunto que há muito está fora de pauta e precisa urgentemente ser discutido por todas as categorias.

Para ele, a aposentadoria é uma forma digna de sobrevivência do trabalhador e os valores dos proventos dos aposentados vêm sendo reiteradamente reduzidos nos sucessivos governos. Afirmou que a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) defende o fim do fator previdenciário, muito embora acredite que essa bandeira deva ser dos trabalhadores da ativa em geral. Afirmou ainda que, além do fim do fator previdenciário, a COBAP defende também o mesmo percentual de reajuste de salário mínimo para todas as categorias e recomposição das perdas.

Comentou o tratamento dos médicos peritos do INSS aos trabalhadores e demonstrou preocupação com o fato de os sindicatos e as centrais sindicais não estarem trabalhando no sentido de melhorar o atendimento na área das perícias médicas, e, portanto, para ele, faz-se necessário também discutir a questão das perícias médicas nos dentro dos órgãos de representação da categoria.

Ressaltou que a COBAP não concorda com o tratamento que vem sendo dado aos aposentados e pensionistas pelo Governo Lula e exigiu respeito por parte do Governo a esse segmento da sociedade. Afirmou que é preciso melhorar o salário dos aposentados, os quais somente com aposentadorias dignas poderão proporcionar à sua família e às crianças da sua família melhores condições de vida.

Fez um apelo para que os sindicatos e as centrais sindicais se unam em torno de uma agenda comum e que os sindicatos tenham mais apoio das centrais para negociar as questões que lhes são pertinentes. Citou, como exemplo, de uma causa que envolve todos os sindicatos e todas as centrais, a questão das 40 horas semanais, que, a seu ver, trata-se de assunto ausente há muito do debate realizado pelo movimento sindical.

Roosevelt Dagoberto Silva, Diretor de Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH)

O senhor Roosevelt Dagoberto Silva comentou sobre as injustiças cometidas pela Previdência contra o trabalhador, principalmente no que respeita às perícias médicas. Comparou o trabalho realizado pelos médicos de saúde pública e os médicos peritos do INSS. Segundo informou, quando o médico avalia que o trabalhador precisa de mais tempo para se recuperar, necessitando então ampliar o tempo do auxílio-doença, geralmente o perito não concorda com o prazo para o tratamento do trabalhador, e, mesmo não estando

ainda recuperado, o trabalhador recebe a alta, tendo então que apresentar um recurso administrativo no INSS para prorrogar o período de tratamento, que, muitas vezes, é indeferido.

Mencionou também o palestrante que, nesse caso, retornando à empresa, o trabalhador fica impedido de voltar às funções que exercia anteriormente e, conseqüentemente, fica sem receber a remuneração e também sem o auxílio-doença pago pela Previdência. Frisou que a questão da alta programada e da perícia médica precisa ser revista urgentemente pelo Senado.

Na seqüência, passou a tratar da aposentadoria especial por invalidez. Ressaltou que há profissionais que têm sua saúde prejudicada pelas atividades diárias e, já doentes, não conseguem nem trabalhar nem se aposentar. Para o palestrante, essa situação é muito desfavorável aos trabalhadores, porque, nesse período da vida, já estão em idade avançada e não conseguem recolocação no mercado de trabalho.

Falou também sobre o programa do INSS para reabilitação de trabalhadores, que, segundo o palestrante, não reabilita ninguém, por ser um programa totalmente fora dos padrões técnicos.

Conclamou todos os trabalhadores a lutar por mudança na forma de atendimento da Previdência Social, uma vez que, no período em que eles mais precisam daquilo por que pagaram a vida toda, não podem contar nem com a solidariedade nem com o benefício financeiro nos momentos mais difíceis da vida, que é na hora da velhice, quando estão mais fragilizados e não têm meios de buscar outras formas de subsistência.

Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social de Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical

O senhor Celso Amaral de Miranda Pimenta iniciou a sua exposição mencionando os projetos de lei que tratam do fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados com índices iguais aos do salário mínimo.

Conclamou todas as centrais sindicais a entrar em acordo sobre os pontos que são de interesses dos trabalhadores. Afirmou que a Nova Central Sindical não tem associações de aposentados, porque entende que a entidade representativa dos aposentados é a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), que deve negociar o reajuste dos aposentados.

Afirmou que a Nova Central também apoia o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados. Disse ainda concordar com a ideia de que o trabalhador deve estar sempre atuando em conjunto com os sindicatos, assim como os aposentados em suas associações, os quais devem ser órgãos representativos de todas as categorias.

Afirmou também que a Nova Central Sindical apoia o Projeto de Lei 302, que acaba com a alta programada. Disse que a perícia médica para aposentados é um acinte, principalmente quando se corta o benefício em razão de o aposentado não ter comparecido à perícia, quando, na verdade, ele não tinha como se locomover em função de sua doença.

João Torquato dos Santos, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal

O senhor João Torquato dos Santos iniciou sua participação falando sobre a alta programada. Para o palestrante, a alta programada traz vários problemas para a classe

trabalhadora. Concordou com o fato de que o trabalhador, convocado para a perícia médica, não recebe tratamento adequado. Afirmou que o projeto de lei que trata do fim da alta programada é muito bem-vindo porque põe fim a uma ilegalidade que vem sendo cometida.

Também falou sobre o respeito devido ao trabalhador na hora de fazer a perícia. Para ele, há muitos profissionais médicos atendendo de forma inadequada e até mesmo duvidando do trabalhador quando ele afirma estar doente, considerando-o apto a voltar ao trabalho. Segundo informou, o INSS quis regulamentar a alta programada porque achava que estava gastando muito com a concessão dos auxílios, mas isso ocasionou outro problema, que foi a questão social, ou seja, o fato de o trabalhador ter de se deslocar até o local da perícia, doente e sem recursos financeiros; ser maltratado e ter de voltar a trabalhar mesmo não estando apto a tanto.

Concordou também com os demais palestrantes da Mesa com o fato de que é preciso unidade nas centrais sindicais e nos sindicatos e que se deve evitar que cada um defenda apenas a sua parte, para que haja união em torno das questões comuns a todas as categorias, principalmente porque os trabalhadores hoje da ativa serão os aposentados de amanhã.

Mencionou também a questão da aposentadoria especial, principalmente no caso dos trabalhadores que atuam em locais insalubres, como ocorre no próprio INSS, que não tem aposentadoria especial para quem trabalha em locais insalubres nas suas dependências.

O senhor João Torquato dos Santos concluiu sua participação ressaltando que é realmente preciso acabar com a alta programada e com o fator previdenciário, que causam prejuízo à classe trabalhadora, principalmente porque ambos reduzem de fato o salário do trabalhador. Ressaltou que a Central Única dos Trabalhadores também apoia o projeto de autoria do Senador Paulo Paim que acaba com as altas programadas no INSS.

Dr. Pedro Luciano Dornelles, Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul

O Dr. Pedro Luciano Dornelles informou que, na 4ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal, há casos em que, quando se discute perícia da Previdência denegatória de auxílio-doença a segurados, juízes do TRF do Rio Grande do Sul estão invertendo o ônus da prova, com base nos laudos de médicos dos beneficiários que dizem que eles não estão aptos a voltar ao trabalho. No caso, segundo mencionou, o juiz concede a tutela antecipada e determina que a Previdência prove que os trabalhadores têm condições de trabalhar.

Também comentou sobre o conceito de incapacidade adotado pela Previdência, a qual entende que incapacidade para o trabalho é aquela que impede o trabalhador de exercer a atividade exercida antes da doença ou do acidente. Ele mencionou como exemplo, o caso de um radialista que eventualmente venha a perder a voz. Pelas atuais regras, ele teria direito à aposentadoria por invalidez, mas, o mesmo não ocorreria se viesse a perder as pernas. Frisou que é importante rediscutir o conceito de incapacidade, porque hoje o trabalhador só pode contar com a Previdência no caso de ser a incapacidade para exercer a atividade que exercia antes e não outras formas de incapacidade.

Informou também que há uma liminar na 4ª Vara Federal do TRF do Rio Grande do Sul na qual se decidiu que, se o beneficiário não passou por qualquer perícia, a Previdência não pode conceder alta programada, sob pena de multa.

José Carlos Pinto Vieira, Vice-Presidente Administrativo da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro

O senhor José Carlos Pinto Vieira iniciou sua participação falando sobre as condições de insalubridade da Casa da Moeda, que, segundo afirmou, chega a 80% dos setores daquele órgão. Informou que algumas categorias dessa empresa pública perderam o adicional de insalubridade e aquelas que ainda têm estão com dificuldades de obter a aposentadoria especial.

Ressaltou que o processo de aposentadoria dos empregados da Casa da Moeda está demorando em torno de cinco a seis anos para ser concluído, e, ainda assim, somente ocorre depois da interposição de inúmeros recursos na Justiça. Salientou também que há muitas pessoas sendo aposentadas por meio de liminar, o que compromete a situação do aposentado, porque, além de uma saúde precária, em razão da insalubridade, ainda fica muitos anos buscando nos tribunais a aposentadoria e muitos trabalhadores morrem antes de conseguí-la.

Moacir Meirelles de Oliveira, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)

O senhor Moacir Meirelles de Oliveira iniciou sua participação na Audiência Pública falando sobre sua experiência de trabalhar por 28 anos em minas de carvão; sobre o fato de ter contribuído durante todo esse período e de hoje receber pouco mais de mil e quinhentos reais de aposentadoria. Aproveitou a oportunidade para informar a todos a situação do aposentado e pedir a todas as centrais e aos sindicatos que se unam em torno das causas dos aposentados e se fortaleçam conjuntamente.

Jorge Gilberto Leite Flecha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul e Região

O senhor Jorge Gilberto Leite Flecha comentou sobre o atendimento dos médicos peritos do INSS, que, para ele, é inadequado e desrespeitoso aos beneficiários. Afirmou que esses atendimentos precisam ser fiscalizados, pois, em sua avaliação, os segurados da Previdência são muito mal atendidos; e defendeu que as entidades sindicais fiscalizem esses atendimentos, bem como acompanhem os trabalhadores no momento da perícia. Segundo informou, há muitos trabalhadores tendo que voltar a trabalhar sem condição alguma.

Reforçou também a crítica ao Deputado Michel Temer, que, segundo informou, não recebeu os aposentados em audiência, destratou os aposentados e não votou os projetos de interesse dos aposentados.

José A. Ribeiro, Presidente da Associação dos Aposentados do Transporte Coletivo e Cargas de São Paulo

O senhor José A. Ribeiro iniciou sua participação criticando a atuação da Câmara dos Deputados na questão da votação de projetos de interesse dos aposentados.

Mencionou também a necessidade de aposentadoria especial para os motoristas de ônibus, por ser um trabalho insalubre, penoso e de alto risco. Ressaltou que um dos

problemas que mais atingem os motoristas são as dores de coluna, por ficarem tanto tempo sentados.

Afirmou ainda que a associação que representa irá trabalhar para que os motoristas também tenham aposentadoria especial, mesmo que ela tenha que recorrer às liminares na Justiça, para que a categoria consiga se aposentar com dignidade e não tenha que trabalhar em outras profissões, em razão da inviabilidade de continuar atuando como motorista, por questões de saúde.

Sugeriu também que se fizesse um projeto de lei para aumentar, nas faculdades, os cursos de medicina na especialidade de geriatria, pois considerou que há poucos médicos geriatras em atividade no país, e, em vinte anos, mais médicos serão necessários em razão do envelhecimento da população.

Silberto Raimundo da Silva, Vice-Presidente de Cultura e Planejamento da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)

O senhor Silberto Raimundo da Silva falou em sua exposição sobre a questão da defasagem do salário dos aposentados, principalmente porque, segundo informou, são oito milhões de aposentados recebendo apenas o salário mínimo.

Jefferson da Silva, médico perito da Unifesp e da Medclin Tatuapé

O senhor Jefferson da Silva iniciou sua apresentação falando sobre a sua área de atuação, a perícia médica privada, e sobre o seu trabalho atual, que é assessorar os sindicatos nas questões de perícia médica.

Ressaltou que é preciso tratar o paciente com ética, com cuidado e respeito e, acima de tudo, que é preciso conversar com o paciente e saber se é possível o retorno dele ao trabalho. Afirmou que a alta dada pelos médicos da Previdência muitas vezes só prejudica o paciente, que poderia ficar se recuperando em casa, mas, ao contrário, retorna ao trabalho e tem a sua situação agravada.

Afirmou que, quando se faz perícia, é preciso ser ético, prudente e zeloso. Ressaltou que, nos casos de acidentes de trabalho, a situação do trabalhador fica mais difícil porque os laudos dos peritos estão sendo questionados na Justiça, e o trabalhador tem que provar que não pode trabalhar. Às vezes até o perito judiciário diz que o trabalhador está apto a trabalhar, quando ele não está.

Outro fator que o palestrante mencionou quanto às demandas de acidentes de trabalho é o tempo que se gasta para que as causas sejam julgadas, não tendo o trabalhador mais nada a fazer a não ser trabalhar, já que precisa sobreviver. Para ele, a Previdência não está conseguindo separar os trabalhadores que estão doentes daqueles que não estão querendo trabalhar, porque a Instituição vem partindo do pressuposto de que todos os que procuram o benefício do auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez estão, na verdade, querendo esticar o período de licença para ficar sem trabalhar, o que, para ele, é um equívoco muito grande.

Informou também que o profissional da geriatria é o que mais tempo demanda para a sua formação, porque precisa dominar todas as especialidades médicas. Ressaltou que é importante que os médicos conversem mais, que escutem mais e gastem mais tempo com seus pacientes.

Comentou sobre a Previdência privada e a dificuldade que tem o trabalhador de pagar, ao mesmo tempo em que contribui para a Previdência Social, uma Previdência privada para não ter sua renda diminuída quando se aposentar. Sugeriu que se fizesse uma auditoria na Previdência Social no setor de perícias médicas e altas programadas, para que se avaliasse qual a utilidade desses mecanismos e se, de fato, eles têm ajudado a diminuir o déficit da Previdência.

Debate

O Senador Paulo Paim esclareceu o alcance da expressão “defender temas polêmicos”, que, segundo afirmou, essa defesa é sempre a favor de alguém, e, no caso do fim do fator previdenciário, é a favor de todo trabalhador brasileiro. Reafirmou a necessidade de que o Congresso Nacional avance nessa questão e que, finalmente, os trabalhadores brasileiros possam se aposentar sem redução de salário, porque o fator previdenciário é um instrumento que confisca apenas os baixos salários, uma vez que abrange apenas os trabalhadores celetistas.

O Senador Paulo Paim também esclareceu que o projeto de lei que trata do adicional de 30% para os vigilantes já foi aprovado pelo Senado por duas vezes, mas que pediram para que ele fosse debatido na Comissão de Assuntos Econômicos, onde agora está tramitando. Segundo informou, o mérito do projeto já tinha sido examinado e o projeto já tinha sido aprovado exatamente como queriam os vigilantes, mas que houve recurso para exame daquela Comissão no Senado.

Na sequência, o senhor Chico Vigilante afirmou que é muito importante que haja uma política de recomposição do salário mínimo e que os aposentados lutem pelo reajuste dos seus proventos. Disse também que é preciso ter cautela com alguns que se dizem defensores dos aposentados, principalmente aqueles que, quando estavam no governo, não defendiam a causa dos aposentados e agora que são da oposição dizem defender.

A seguir, o Senador Paulo Paim passou a palavra para o Senador Augusto Botelho, que falou sobre o tempo em que fazia perícia no antigo INAMPS e que, quando o trabalhador estava inválido, ele dava o laudo e não havia contestação. Criticou o fato de hodiernamente se tratar o trabalhador como se fosse um objeto, desumanizando o tratamento e considerando as pessoas como se fossem peças de uma máquina. Concordou com o fato de que os médicos sofrem pressão para fazer a perícia conforme exige o sistema, o que também é prejudicial para o médico. Salientou o fato de que, antes de estar com um segurado da Previdência, o médico está com um paciente, lembrando que existe, acima de tudo, o compromisso maior de todos os médicos, que é tratar com humanidade e urbanidade seus pacientes.

Quanto à questão das altas programadas, o Senador Augusto Botelho mencionou que antigamente era até possível programar uma alta, quando se tratasse, por exemplo, de uma fratura de dedo, quando o trabalhador teria que fazer um mês de fisioterapia e daí se marcava a alta para dali a um mês. No entanto, agora, segundo observou, a alta programada é em qualquer caso, e isso é ilegal, não é legítimo, por se tratar de um doente que pode não ter respondido ao tratamento. Além disso, algumas patologias não oferecem condições para se saber quando será possível dar a alta ao paciente, pois pode haver complicações no tratamento. É necessário que o médico observe o paciente e converse com ele para entender as circunstâncias da doença e considerar o que é melhor para o tratamento.

Também demonstrou preocupação o Senador Augusto Botelho com a reabilitação do trabalhador acidentado ou incapacitado, porque, segundo afirmou, a reabilitação no Brasil é uma fantasia, pois falta estrutura para que o trabalhador seja recebido na empresa em outra atividade.

O senhor Luiz Legnani, Vice-Presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, pediu a palavra para falar sobre a Carta de Concórdia e sobre as reivindicações que constam daquela Carta, quais sejam: a paridade de reajuste para os aposentados com o salário mínimo e a recuperação das perdas nas aposentadorias e pensões; a construção de hospitais e unidades de saúde para assistência aos idosos; apoio financeiro para a criação e a implementação das novas modalidades de atendimento ao idoso, a partir do orçamento da União, dos estados e dos municípios para 2011; defesa e fortalecimento do SUS, com o acesso dos aposentados e pensionistas a remédios e cirurgias gratuitas com menos burocracia; efetiva implantação dos direitos e das garantias assegurados pelo Estatuto do Idoso, com a aplicação imediata da Política Nacional do Idoso; reforma tributária calcada no princípio da justiça social, com a aplicação de parte dos recursos do pré-sal na Previdência Social; e uso integral do orçamento da Previdência Social na saúde, na assistência social e na proteção ao trabalhador.

Na sequência, o senhor Vicente Fernandes Barbosa, Diretor de Previdência da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), pediu a palavra para dizer que o Presidente Lula pode até estar recuperando o salário mínimo, mas isso não pode ser feito à custa do aposentado e do pensionista. Segundo informou, a renda dos aposentados cai ano a ano e não acompanha o número de salários mínimos que ganhavam no momento da aposentadoria.

O Senador Paulo Paim interveio para falar que compreende a posição dos peritos do INSS, pois os médicos peritos também trabalham sob pressão e precisam seguir determinadas normas, são pessoas altamente qualificadas e dedicadas ao trabalho.

Já o senhor Celso Amaral de Miranda Pimenta lembrou que a criação da alta programada foi justamente para diminuir o número de peritos do INSS e os gastos com a contratação de pessoal, mas, segundo asseverou, essa atividade teve um efeito contrário: em vez de acabar com a doença, agora se mata o paciente.

Em seguida, o senhor Warley Martins Gonçalves comentou que também está preocupado com o fato de aqueles que foram da oposição estarem dizendo que defendem os aposentados, quando os que ontem eram oposição, hoje, não estão fazendo isso. Afirmou que os aposentados precisam tomar muito cuidado com aqueles que estão na situação e se dizem defensores dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas.

O senhor Roosevelt Dagoberto Silva afirmou que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH) está à disposição de todas as entidades sindicais para lutar e debater as questões dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e dos mais carentes.

A seguir falou o senhor João Torquato dos Santos, que pediu mais uma vez a unidade entre todos aqueles que defendem as causas dos trabalhadores, principalmente a paridade entre trabalhadores da ativa e os aposentados, uma vez que os problemas das categorias são problemas de todos, sejam as dificuldades para a aposentadoria, as altas programadas, as doenças do trabalho ou os acidentes de trabalho.

O Senador Paulo Paim afirmou que os temas para debate na Audiência Pública foram aprofundados e que ficou evidente que muito se precisa fazer para solucionar os

problemas da Previdência Social, principalmente quanto às altas programadas, à questão da aposentadoria especial para os trabalhadores em condições de alto risco e à humanização das perícias médicas. Ressaltou que as mudanças não podem ser levadas para o campo partidário, porque essa luta precisa ser de todos os trabalhadores, e o que precisa ser feito pelas categorias é pressionar todos os deputados e os senadores para que apresentem projetos que sejam de interesse de todas as categorias. Para ele, a luta pelo direito dos trabalhadores precisa ser um compromisso de todos os partidos e, portanto, todos têm que assumir a responsabilidade de levantar a bandeira dos trabalhadores.

Mencionou, por fim, a questão do veto do Presidente da República aos projetos votados pelo Senado e pela Câmara. Para o Senador Paulo Paim, o veto do Presidente da República não pode ser uma desculpa para os deputados não votarem os projetos que favorecem os trabalhadores. Ressaltou, ao final, que “quem tem medo de enfrentar uma votação e de enfrentar um veto, que possa acontecer ao longo da vida, não pode ser deputado e não pode ser senador. Deve renunciar ao cargo que o povo lhe deu, porque ele está lá para votar projetos e vetos, se acontecerem”.